

**33º CONCURSO AFRICANO DE JULGAMENTO FICTÍCIO DE DIREITOS  
HUMANOS CHRISTOF HEYNS**

**UNIVERSIDADE DO RWANDA  
22- 27 DE JULHO DE 2024  
KIGALI, RWANDA**

**CASO HIPOTÉTICO**

**Diante do Tribunal Africano de Direitos do Homem e dos Povos  
sobre o caso que opõe**

**a Direitos Humanos Primeiro**

**e**

**O Estado de Rantânia**

1. A República de Rantania é um país sem litoral na África Central, com uma população de 20 milhões de acordo com o censo nacional de 2022. Ao norte, faz fronteira com a República de Aprophe e ao sul com a República de Zawaland. A oeste, faz fronteira com o estado de Bamaland e a leste com a República de Ravia. Benta é a capital de Rantania. Embora Rantania seja um estado unitário com autoridade fortemente centralizada, para fins administrativos, o país está dividido em cinco regiões (as regiões Central, Leste, Norte, Sul e Oeste). A Região Norte é a mais montanhosa e menos desenvolvida das cinco regiões. De acordo com o Índice de Relatórios Globais do Banco Mundial 2022, Rantania tem um produto interno bruto médio per capita (PIB per capita) de US\$ 500, com o PIB per capita da Região Norte em US\$ 200. A economia de Rantania é baseada em grande parte na mineração, agricultura, exportações de gás e ajuda externa. A mineração responde por 20% do orçamento nacional, a agricultura por 15%, as exportações de gás por 10% e a ajuda externa por 10%. O país depende fortemente do investimento estrangeiro e realizou várias reformas para facilitar os negócios e atrair mais investimento estrangeiro direto, principalmente no setor de mineração. Rantania é membro das Nações Unidas (ONU) e da União Africana (UA).

2. A Constituição de Rantania garante os direitos civis e políticos de acordo com as disposições da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. **Não contém qualquer menção a 'povos indígenas'**. Afirma claramente que os tratados internacionais devidamente ratificados fazem parte do direito nacional. Embora não incluídos na Constituição, os princípios do direito

internacional consuetudinário foram declarados pelo Supremo Tribunal Rantaniano como parte do direito interno, na medida em que não sejam incompatíveis com as disposições do direito rantaniano. Nos termos do artigo 14.º, a Constituição dispõe: “O Presidente tem o poder de ratificar tratados e acordos. No entanto, tratados ou acordos que digam respeito à adesão a organizações internacionais, ou afetem direitos adquiridos de rantanianos, só podem ser ratificados após aprovação pelo Parlamento.” Nos termos da Constituição, o Supremo Tribunal Federal é o mais alto tribunal do país. Pode ouvir qualquer assunto que tenha sido decidido pelo Tribunal de Recurso. No entanto, a jurisdição criminal do Supremo Tribunal limita-se aos recursos em que tenha sido imposta pena de prisão igual ou superior a cinco anos, sem possibilidade de multa. É também o único tribunal que pode decidir sobre a “compatibilidade constitucional da legislação”, que a Constituição descreve como “um processo separado dos recursos” e “um recurso jurídico extraordinário”. Os Tribunais Superiores do país, localizados em cada uma das cinco Regiões, têm jurisdição original sobre todas as matérias, incluindo todas as matérias de direitos humanos (exceto a constitucionalidade da legislação nacional). O Tribunal de Recurso não é um tribunal de jurisdição originária, mas é competente para conhecer de todos os recursos interpostos de acórdãos do Tribunal Superior. As ineficiências no sistema judicial são um problema antigo em Rantania, com atrasos de até dois anos na marcação de processos perante os Tribunais Superiores. Nos últimos anos, a eficiência do sistema judicial melhorou drasticamente. Em 2022-2023, o atraso médio na marcação de processos perante o Tribunal Superior foi reduzido para seis meses.

3. Rantania ratificou os seguintes tratados internacionais:

- a. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP) (em 2000);
- b. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) (em 2000);
- c. Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (Carta Africana) (em 1986);
- d. Carta da UA sobre Democracia, Eleições e Governança (em 2017);
- e. Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos relativo à criação de um Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos (em 2015), e fez uma declaração nos termos do artigo 34.º, n.º 6, do Protocolo (em 2 de agosto de 2017);
- f. Convenção Africana sobre Cibersegurança e Proteção de Dados Pessoais (em 2021);
- g. Carta Africana dos Valores e Princípios da Administração e Serviço Público (em 2012);
- h. Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (em 1988);
- i. Convenção Africana Revista sobre a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (em 2018);
- j. Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança (em 2013);
- k. Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (em 1998);
- l. Convenção da OIT sobre a Idade Mínima, 1973 (n.º 138) (em 1999);
- m. Convenção da OIT sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, 1999 (n.º 182) (em 2000);
- n. Convenção da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, 1989 (n.º 169) (em 2010).

4. Rantania também assumiu o compromisso com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) de promover o cumprimento de: (a) Os Princípios

Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, adotados em 2011; e (b) As Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para Empresas Multinacionais, adotadas em 1976 e atualizadas em 2011.

5. A Constituição Rantaniana prevê um sistema multipartidário. O Partido Republicano de Rantania (RRP) está no poder desde a independência da França em 1960. De acordo com relatórios de várias organizações de direitos humanos, o sistema político desde a independência tem sido caracterizado pela falta de transparência e justiça. Human Rights First (HRF) é uma organização não governamental que defende os direitos humanos em Rantania e na região. Tem status de observador na Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (Comissão Africana) e, no passado, apresentou várias queixas à Comissão Africana alegando violações de direitos humanos por certos estados membros da UA.

6. Em uma tentativa de aumentar a mobilização de receitas, o governo de Rantania ao longo dos anos assinou acordos de concessão com duas grandes empresas multinacionais para a extração de coltan, cobalto, cobre e ouro na Região Oeste. A Região Norte não foi afetada pela mineração, até que uma empresa operando sob o nome Mining for Development Ltd (MD Ltd) em 2022 expandiu suas atividades de mineração no distrito de Omi, nas terras ancestrais da tribo Omia. Os Omia somam cerca de 300.000 pessoas, das quais dois terços são pastores que vivem no distrito de Omi, nas partes mais remotas de Rantania. A tribo Omia ocupa esta terra, da qual depende para seu sustento, há mais de 100 anos. O terço restante da tribo Omia vive na capital da Região Norte e está engajado em várias capacidades profissionais. Cerca de mil membros desta tribo reclamaram através de um semanário local, The Confidential, que haviam sido despejados de suas terras ancestrais no distrito de Omi, sem seu consentimento livre, prévio e informado ou qualquer compensação justa. Um relatório de ONGs internacionais com status consultivo no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) revelou que a MD Ltd, em colaboração com o prefeito do distrito de Omi e o comandante do exército no distrito de Omi, intimidou essas pessoas a deixar suas terras ancestrais no distrito de Omi e as realocou para modernas unidades habitacionais financiadas pelo Estado, fornecidas a cada uma das famílias deslocadas. Essas unidades habitacionais estão localizadas na capital da Região Norte, próximo a escolas públicas. Durante uma reunião convocada por líderes comunitários, e com a presença de quase todos os membros da comunidade deslocada, 300 deles rejeitaram os novos assentamentos e insistiram em retornar às suas terras ancestrais no distrito de Omi. Até o momento, porém, nenhum deles foi devolvido.

7. Em uma série de publicações, The Confidential informou que, desde o início das operações pela MD Ltd, pelo menos 2.000 crianças com idades entre 15 e 18 anos foram empregadas em atividades de mineração, principalmente como escavadores e lavadores, extraíndo coltan e ouro com equipamentos inadequados e em péssimas condições de segurança. Embora essas crianças não sejam empregadas diretamente pela MD Ltd, algumas delas estão ligadas a empreiteiros que trabalham para a MD Ltd, enquanto a maioria está envolvida em atividades de mineração artesanal em pequena escala que surgiram dentro e ao redor da concessão de propriedade da MD Ltd. O relatório afirma que “as crianças estão mal alojadas, alimentadas e cuidadas, incapazes de prover suas famílias, e 10 delas faleceram em consequência das más condições

de trabalho”. Uma ONG local de direitos humanos pediu à agência governamental responsável pela supervisão das atividades de mineração, o Conselho de Mineração de Rantania (RMB), que assuma suas responsabilidades e remedie todas essas violações de direitos humanos. A RMB realizou investigações, mas seu relatório descartou as alegações como infundadas. Um relatório de uma ONG internacional, o Business and Human Rights Resource Centre, também revelou uma série de abusos de direitos humanos, incluindo violações de direitos à terra, trabalho infantil e medidas de segurança inadequadas em operações de mineração. O Confidential informou ainda que indivíduos anônimos relataram que a MD Ltd subornou funcionários da RMB. Alegou-se também que a gestão da MD Ltd mantinha laços estreitos com alguns funcionários poderosos do governo. Notavelmente, o diretor administrativo e acionista majoritário da MD Ltd é casado com o primo do presidente da RMB. As fontes anônimas alegaram que essas eram as causas da incapacidade do governo de tomar medidas adequadas contra os abusos dos direitos humanos corporativos.

8. A HRF levou o caso ao Tribunal Superior em nome da comunidade lesada, buscando indenização para o povo Omia e trabalhadores individuais afetados. O Tribunal Superior decidiu que os cidadãos receberam indenização em espécie e que, conseqüentemente, nem o governo de Rantania nem a MD Ltd violaram a lei, decisão que foi confirmada pelo Tribunal de Apelação em 1º de maio de 2023. O relatório da ONG, Transparência Internacional, destaca as percepções da maioria das pessoas pesquisadas sobre a corrupção desenfreada em muitos órgãos governamentais e menciona especificamente o RMB, a Autoridade Fiscalizadora de Rantania e o judiciário. O relatório também observa que funcionários poderosos e empresas privadas controlam o sistema judicial a tal ponto que as pessoas comuns são privadas de um recurso efetivo, principalmente em casos envolvendo pessoas tão poderosas. Em nome das crianças trabalhadoras, a HRF procurou um sindicato nacional, Workers 'Rights Advocates (WRA), para obter assistência. Em 1º de junho de 2023, a WRA apresentou uma representação nos termos do artigo 24 da Constituição da OIT ao Escritório Internacional do Trabalho, alegando que Rantania não garantiu a proteção das crianças contra abusos de direitos humanos pela MD Ltd. Após examinar a representação e a declaração do governo, a comissão tripartite criada pelo Conselho de Administração da OIT fez algumas recomendações, conforme indicado em seu relatório de 24 de dezembro de 2023.

9. Na esteira dessas alegações de abusos de direitos humanos, muitas pessoas expressaram sua desconfiança em relação às políticas equivocadas do RRP, que estariam na raiz de uma dívida nacional cada vez maior, altas taxas de desemprego e uma potencial crise econômica. Em janeiro de 2023, foram realizadas eleições e um grande número de cidadãos que apoiavam o RRP mudaram de ideia e apoiaram o Sr. O'Kello, um candidato carismático do principal partido de oposição, o Partido Democrático de Rantania (DPR), em coalizão com outros partidos menores. O Sr. O'Kello venceu as eleições presidenciais com 60% dos votos. No entanto, seu partido perdeu as eleições parlamentares, tanto na Câmara Alta quanto na Câmara Baixa. O DPR conquistou 47% e 48% das cadeiras nas Câmaras Superior e Inferior do Parlamento, respectivamente. O candidato do RRP contestou os resultados das eleições entrando com uma petição no Supremo Tribunal Federal, que confirmou os resultados das eleições em sua decisão de 2 de fevereiro de 2023.

10. Em 15 de fevereiro de 2023, o presidente eleito O'Kello tomou posse como presidente de Rantania. Em seu discurso, ele reiterou seu compromisso de cumprir suas promessas de campanha, incluindo o respeito aos direitos humanos fundamentais, a revisão das leis e políticas de investimento para atrair investimentos estrangeiros diretos em linha com os padrões internacionais de direitos humanos, o combate à corrupção, a reforma tributária, o desenvolvimento de infraestrutura e a promoção de relações amistosas com outros países.

11. Quando assumiu o cargo, o país tinha uma enorme dívida nacional, o que poderia levar a uma crise econômica. Em seu primeiro ano no cargo, o presidente O'Kello introduziu uma série de reformas para cumprir suas promessas de campanha e enfrentar os problemas que o país enfrenta. Apesar da dificuldade em aprovar certas leis no Parlamento controlado pelo RRP, o presidente O'Kello conseguiu aprovar uma lei que aumenta o imposto corporativo de 20% para 30% e aumenta em 10% o imposto dos 10% mais ricos dos contribuintes individuais. Sob a liderança do presidente O'Kello, também foi introduzida uma lei que prevê a saúde universal. No entanto, em vez de melhorar a economia do país, essas reformas aumentaram o custo de vida, pois algumas multinacionais começaram a se mudar para outros países e muitos funcionários perderam seus empregos.

12. O presidente foi questionado na televisão nacional sobre suas políticas, principalmente sobre tributação, e disse com confiança: “As pessoas deveriam se concentrar mais nos benefícios de longo prazo de minhas políticas do que em seus efeitos de curto prazo”. Ele também afirmou que as reformas tributárias eram necessárias para reduzir o desequilíbrio entre gastos e receitas e, assim, diminuir a dívida nacional. Segundo o presidente, as receitas do aumento dos impostos são destinadas a financiar outras políticas governamentais, incluindo saúde universal e ensino fundamental e médio gratuitos.

13. Essas políticas atraíram a ira de muitas pessoas, principalmente membros do RRP, empresas e até mesmo alguns daqueles que apoiaram o presidente nas eleições. No entanto, uma pesquisa realizada em outubro de 2023 por uma plataforma local de mídia social, The Truth, mostrou que o presidente ainda era popular, com 56% da população o apoiando. Cerca de três mil pessoas, insatisfeitas com suas políticas, saíram às ruas da capital, Benta. Durante este protesto, a polícia nacional, em colaboração com outros órgãos de segurança, teve dificuldades em administrar as manifestações. Em 5 de janeiro de 2024, um artigo sobre lobby corporativo foi publicado no The Confidential. Afirmava que grandes empresas, principalmente as envolvidas no setor de mineração, estão incitando membros do governo a derrubar o presidente. O autor do artigo acrescentou que algumas dessas empresas têm ligações políticas com funcionários poderosos do governo, incluindo o chefe do Estado-Maior do país, general Magui, e o chefe da inteligência. Na semana seguinte à publicação do artigo, o presidente demitiu o chefe do Estado-Maior e o chefe da inteligência.

14. Uma semana depois, em 19 de janeiro de 2024, o general Magui, junto com vários outros oficiais gerais do exército, derrubou o presidente O'Kello em um golpe militar. Ninguém foi morto durante o golpe. Em uma luxuosa entrevista coletiva na Residência Presidencial, o

general Magui se declarou o líder do Movimento Revolucionário dos Povos de Rantania (RPRM), a junta militar que derrubou o presidente O'Kello e, conseqüentemente, o chefe de Estado de Rantania. O general Magui anunciou que O'Kello “foi preso e mantido incomunicável em local desconhecido, aguardando investigações Secretário-Geral do DPR por manifestações pacíficas. Esta mensagem foi republicada no The Truth e em outras plataformas de mídia social, provocando protestos dos fiéis do DPR.

15. Dois dias depois, cerca de cinco mil membros do DPR manifestaram-se na capital, nomeadamente em frente ao gabinete do Presidente e ao Ministério da Defesa, obstruindo o trânsito e destruindo alguns bens. A polícia, destacada para dispersar os manifestantes com gás lacrimogêneo, não conseguiu lidar com a situação, que degenerou em violência. Manifestantes furiosos atiraram pedras, ferindo gravemente cinco membros da força policial, e uma van da polícia foi incendiada. Depois que a polícia não conseguiu pôr fim aos protestos, o general Magui implantou três unidades armadas de 'forças especiais'; membros dessas unidades dispararam munição real contra os manifestantes. Além disso, em carta datada de 15 de fevereiro de 2024, o Chefe do Departamento de Investigação Criminal ordenou aos proprietários do The Truth que apagassem todas as postagens feitas por The Great e revelassem a verdadeira identidade da(s) pessoa(s) por trás disso, citando o fato de que a conta foi usada para incitar à violência. A plataforma The Truth cumpriu a ordem do governo, enviou todos os dados deste usuário ao governo, o que revelou que a conta anônima pertencia ao Sr. Ditan, o comissário encarregado da mobilização dentro do DPR. Dois dias depois, o Sr. Ditan foi preso e acusado de divulgar informações que podem perturbar a ordem pública, crime previsto no artigo 30 da Lei Penal Rantaniana (2010), que estabelece: Qualquer pessoa que divulgar informações que possam perturbar a ordem pública comete um crime e está sujeito a pena de prisão por um período não inferior a três (3) anos e não superior a cinco (5) anos.

16. Um vídeo compartilhado nas redes sociais mostra ele sendo severamente espancado por dois indivíduos em uniforme policial antes de ser colocado em um veículo da polícia. Um jornal internacional publicou outro vídeo mostrando Ditan chorando enquanto era espancado e implorando pelo fim das agressões. Um dos seguranças da prisão divulgou anonimamente o vídeo, que mostra duas pessoas em trajes civis espancando Ditan com cabos elétricos, cercadas por quatro guardas prisionais. As manifestações cessaram após uma semana. Um relatório de uma ONG local, The Secret, afirma que 20 civis morreram nos protestos e 30 ficaram gravemente feridos.

17. Após sua detenção inicial incomunicável em local desconhecido, o presidente O'Kello foi colocado em prisão domiciliar em 18 de fevereiro, em uma pequena casa de propriedade do governo na Região Norte, junto com sua família, e teve acesso a advogados e médicos. O general Magui fez um anúncio público de que O'Kello “seria detido até que as investigações sobre suposta corrupção e peculato fossem finalizadas e qualquer julgamento subsequente fosse concluído”. Ao mesmo tempo, todos os outros políticos presos, exceto Ditan, foram libertados. Em 10 de maio de 2024, os advogados de O'Kello apresentaram um caso ao Tribunal Superior da Região Norte, contestando a constitucionalidade da destituição, prisão e detenção

do presidente O'Kello. O Tribunal Superior agendou a audiência deste assunto para 10 de fevereiro de 2025.

18. Em 1º de março de 2024, o Tribunal Superior condenou Ditan pelo crime de divulgar informações que podem perturbar a ordem pública e o condenou a três anos de prisão sem possibilidade de multa. O Tribunal de Recurso confirmou a condenação de Ditan em 1º de maio de 2024. Em 12 de maio de 2024, a HRF anunciou que estava mantendo conversações com os advogados de O'Kello e Ditan com vista a apresentar um caso ao Tribunal Africano. Em 15 de maio de 2024, o presidente Magui anunciou que Rantania retirou sua declaração nos termos do artigo 34(6) do Protocolo do Tribunal Africano. Advogados do governo no Gabinete do Presidente, no mesmo dia, prepararam um aviso de retirada, e a Embaixada de Rantania em Addis Abeba, dois dias depois, depositou o aviso junto ao Conselho Jurídico da UA.

19. Em 22 de maio de 2024, a HRF apresentou um pedido ao Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos, solicitando que fizesse as seguintes constatações:

- a) A retirada por Rantania de sua declaração do artigo 34(6) é inválida, pois viola a Carta Africana e outros instrumentos relevantes de direitos humanos, minando os direitos adquiridos dos rantanianos.
- b) Rantania violou a Carta Africana e outros instrumentos relevantes de direitos humanos ao não garantir que o povo Omia e as crianças trabalhadoras sejam protegidos das violações cometidas pela MD Ltd.
- c) Rantania violou a Carta Africana e outros instrumentos relevantes de direitos humanos ao derrubar e posteriormente deter o presidente O'Kello.
- d) Rantania violou a Carta Africana e outros instrumentos relevantes de direitos humanos ao acessar os dados de Ditan na plataforma de mídia social The Truth, prendê-lo e condená-lo por divulgar informações que podem perturbar a ordem pública.

20. A audiência está marcada para 22 de julho de 2024. Prepare argumentos escritos separados em nome do requerente, Human Rights First (HRF), e do Estado de Rantania, o requerido. Para cada parte, aborde a questão da admissibilidade da jurisdição, mérito e recursos em relação a (a) a (d) acima.